

# SUBSÍDIOS À POLÍTICA ANTICÍCLICA

## Um milhão de moradias em dois anos

### APRESENTAÇÃO



O presente documento tem por objetivo trazer subsídios à discussão das políticas anticíclicas de combate aos efeitos da crise econômica, especificamente no que se refere ao emprego na cadeia produtiva da construção.

Como é de conhecimento geral, a turbulência financeira dos mercados mundiais compromete o quadro econômico francamente favorável em que se inseria a economia brasileira até o último semestre do ano passado. A construção foi o setor que mais gerou postos de trabalho na economia brasileira nos últimos anos, o que ressalta seu papel estratégico. No atual momento, é clara a necessidade de políticas que assegurem a preservação da demanda e, por conseqüência, do emprego.

Este trabalho traz projeções do crescimento e da renda decorrentes de um programa habitacional popular de construção de 1 milhão de casas no período de dois anos, o que implicaria um crescimento adicional de 0,7 ponto percentual ao ano no PIB e a geração de 532 mil postos de trabalho.

Por fim, cabe mais uma vez reafirmar o compromisso da **Abramat** e de sua parceira nestes estudos, a **Fundação Getulio Vargas**, com a busca de subsídios para o debate qualificado do desenvolvimento brasileiro. A necessidade de manutenção do ciclo virtuoso da construção é hoje um consenso. Que essa tarefa seja feita então da melhor maneira possível, ou seja, com menores custos e maior abrangência.

# Os efeitos de um programa de habitação popular que contemple a criação de 1 milhão de moradias

Por ser um dos setores com maior potencial de emprego e renda na economia, a construção deve ter um papel central em qualquer política anticíclica que pretenda preservar o caminho do crescimento. Este estudo apresenta as projeções dos efeitos sobre o setor e a economia de uma política habitacional de grande vulto voltada para a baixa renda. O objetivo é medir o emprego e a renda gerados na economia brasileira com a construção de 1 milhão de unidades em dois anos, ou 500 mil unidades por ano.

Como foi amplamente comemorado pela cadeia produtiva da construção e pela sociedade brasileira, o setor passou a operar nos últimos anos em um ciclo virtuoso de crescimento que se refletiu de forma bastante expressiva na geração de bem-estar, de renda e, sobretudo, na criação de postos de trabalho. Esse movimento se intensificou no ano passado, quando a taxa

de crescimento do emprego nas construtoras alcançou a marca de 17,4% na comparação com 2007. Essa forte expansão teve reflexos em todos os elos produtivos – o emprego na indústria de materiais, por exemplo, cresceu mais de 7% em 2008.

No entanto, nos últimos meses, a crise econômica alterou o cenário bastante promissor que se verificava até então. O temor de uma retração econômica mundial provocou a diminuição no número de novos lançamentos imobiliários e uma redução abrupta da taxa de crescimento do setor. A cadeia da construção ainda se encontra em um patamar de atividades elevado, superior ao dos últimos anos. Isso porque há muitas obras em andamento nos segmentos de infra-estrutura e imobiliário. No entanto, a continuidade nesse nível está condicionada ao início de novas obras.

## Premissas da projeção

As projeções dos impactos do programa habitacional proposto partiram de algumas premissas. Em primeiro lugar, supõe-se que os investimentos terão como público-alvo as famílias que compõem o déficit habitacional e serão distribuídos pelo país em proporção às carências habitacionais, isto é, de acordo com o peso do déficit habitacional de cada Estado em relação ao total do déficit no país. O valor dos investimentos a serem realizados em cada unidade da Federação foi estimado tomando-se por referência os

valores constantes no PAR (Plano de Arrendamento Residencial) para as diferentes regiões. Isso permite dimensionar o montante de investimento, considerando o custo das obras em cada região. Os impactos previstos sobre o emprego, a renda, os salários e os impostos foram projetados com base em multiplicadores estimados pela FGV Projetos a partir de dados das Contas Nacionais de 2006 (tabelas de recursos e usos) em valores atualizados.

# Impactos

Para a construção de 1 milhão de moradias, estimam-se investimentos de R\$ 39,5 bilhões em dois anos. Supondo que metade das obras fosse realizada em 2009, o investimento promoveria um acréscimo de R\$ 10,5 bilhões no PIB da construção civil e R\$ 10,2 bilhões no PIB dos demais setores da cadeia produtiva da construção (indústria, comércio e serviços), totalizando R\$ 20,7 bilhões de geração de renda. Em termos relativos, esse programa promoveria um crescimento anual de 8,2% do PIB da construção – a economia brasileira como um todo cresceria 0,7 ponto percentual a mais em 2009 e 2010.

Um dos efeitos mais notáveis do programa se refere a seu potencial de geração de emprego. A cada ano, seriam criados mais de 300 mil empregos diretos somente na construção civil. Isso representa um aumento de 14,7% em relação ao nível médio de 2008. Nos demais setores da cadeia produtiva da construção, seriam criados outros 229 mil empregos indiretos, totalizando mais de meio milhão de postos de trabalho a mais em 2009, o equivalente a 0,6% do pessoal ocupado em todo o país. Com o crescimento do emprego, a massa salarial seria expandida em mais de R\$ 3 bilhões somente na construção civil e outros R\$ 4,3 bilhões nos demais setores.

Por conta do impulso de demanda e dos efeitos indiretos sobre a geração de emprego e renda, o programa também ampliaria a base de arrecadação tributária. A cada ano, o crescimento da renda gerada com o programa permitirá ao governo recuperar cerca de R\$ 4,7 bilhões em impostos.

Por fim, vale destacar a dimensão social de uma política como essa, visto que a construção de 1 milhão de habitações populares reduziria de forma expressiva o déficit habitacional do país. Considerando a estimativa do déficit com base na metodologia da FGV para 2007, de 7,2 milhões de unidades habitacionais, o déficit relativo seria reduzido de 12,8% para 11,9% do total de domicílios, ou quase 1 ponto percentual somente em 2009. O impacto seria ainda mais expressivo nos Estados mais pobres da Federação, como o Maranhão (redução de 2,4 pontos percentuais) e o Pará (2,0).

TABELA 1. IMPACTO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Investimento no ano (R\$ milhões)		19.772,84
Geração de empregos (postos de trabalho)		(%) em relação a 2008
Na construção	302.968	14,7%
Em outros setores	228.997	0,3%
Em toda economia	531.965	0,6%

  

Acréscimo à massa de salários (R\$ milhões)	
Na construção	3.188,08
Em outros setores	4.320,12
Em toda economia	7.508,20

  

Impacto no PIB (R\$ milhões)		(%) em relação a 2008
Na construção	10.509,08	8,2%
Em outros setores	10.198,79	0,4%
Em toda economia	20.707,88	0,7%

  

Arrecadação de impostos (R\$ milhões)	
Na construção	2.000,28
Em outros setores	2.773,19
Em toda economia	4.773,47

Fonte: FGV

TABELA 2. EFEITO SOCIAL DO PROGRAMA

UF	Déficit em 2007		Déficit após 1 ano		Redução	
	domicílios	Relativo (%)	domicílios	Relativo (%)	domicílios	Relativo (%)
Rondônia	57.004	12,5%	53.051	11,7%	3.953	0,9%
Acre	38.351	22,8%	35.691	21,2%	2.660	1,6%
Amazonas	240.427	29,9%	223.753	27,8%	16.674	2,1%
Roraima	15.154	13,6%	14.103	12,6%	1.051	0,9%
Pará	547.109	29,5%	509.167	27,4%	37.942	2,0%
Amapá	30.854	20,0%	28.714	18,6%	2.140	1,4%
Tocantins	68.283	18,0%	63.548	16,7%	4.735	1,2%
Maranhão	533.887	34,1%	496.862	31,7%	37.025	2,4%
Piauí	187.150	22,7%	174.171	21,1%	12.979	1,6%
Ceará	422.756	18,7%	393.438	17,4%	29.318	1,3%
Rio Grande do Norte	111.786	13,3%	104.034	12,4%	7.752	0,9%
Paraíba	167.346	16,6%	155.741	15,5%	11.605	1,2%
Pernambuco	312.987	13,0%	291.281	12,1%	21.706	0,9%
Alagoas	115.827	13,9%	107.794	13,0%	8.033	1,0%
Sergipe	69.867	12,3%	65.022	11,5%	4.845	0,9%
Bahia	537.494	13,6%	500.219	12,6%	37.275	0,9%
Minas Gerais	542.778	9,1%	505.137	8,5%	37.641	0,6%
Espírito Santo	100.851	9,4%	93.857	8,7%	6.994	0,7%
Rio de Janeiro	665.058	12,7%	618.937	11,8%	46.121	0,9%
São Paulo	1.358.806	10,5%	1.264.573	9,8%	94.233	0,7%
Paraná	238.442	7,2%	221.906	6,7%	16.536	0,5%
Santa Catarina	132.421	6,9%	123.238	6,4%	9.183	0,5%
Rio Grande do Sul	355.131	9,6%	330.503	9,0%	24.628	0,7%
Mato Grosso do Sul	66.360	9,0%	61.758	8,4%	4.602	0,6%
Mato Grosso	71.569	8,0%	66.606	7,5%	4.963	0,6%
Goiás	148.398	8,2%	138.107	7,6%	10.291	0,6%
Distrito Federal	73.756	10,0%	68.641	9,3%	5.115	0,7%
Brasil	7.209.852	12,8%	6.709.852	11,9%	500.000	0,9%

Fonte: FGV

Por fim, vale ressaltar que são números que não pedem adjetivos, pois são tão eloqüentes como realistas. Cabe, para torná-los realidade, a firme opção pela política anticíclica combinada com uma política social agressiva no setor de moradia.

